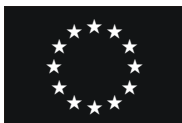


PARLAMENTO EUROPEU

2004



2009

Documento de sessão

FINAL
A6-0016/2004

14.10.2004

RELATÓRIO

sobre a proposta de decisão do Conselho relativa à conclusão do Acordo entre a Comunidade Europeia e o Principado do Liechtenstein que prevê medidas equivalentes às previstas na Directiva 2003/48/CE do Conselho, de 3 de Junho de 2003, relativa à tributação dos rendimentos da poupança sob a forma de juros
(COM(2004)0569 – C6-0121/2004 – 2004/0191(CNS))

Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários

Relator: Jean-Paul Gauzès

Legenda dos símbolos utilizados

- * Processo de consulta
Maioria dos votos expressos
- **I Processo de cooperação (primeira leitura)
Maioria dos votos expressos
- **II Processo de cooperação (segunda leitura)
Maioria dos votos expressos para aprovar a posição comum
Maioria dos membros que compõem o Parlamento para rejeitar ou alterar a posição comum
- *** Parecer favorável
Maioria dos membros que compõem o Parlamento, excepto nos casos visados nos artigos 105º, 107º, 161º e 300º do Tratado CE e no artigo 7º do Tratado UE
- ***I Processo de co-decisão (primeira leitura)
Maioria dos votos expressos
- ***II Processo de co-decisão (segunda leitura)
Maioria dos votos expressos para aprovar a posição comum
Maioria dos membros que compõem o Parlamento para rejeitar ou alterar a posição comum
- ***III Processo de co-decisão (terceira leitura)
Maioria dos votos expressos para aprovar o projecto comum

(O processo indicado tem por fundamento a base jurídica proposta pela Comissão)

Alterações a textos legais

Nas alterações do Parlamento, as diferenças são assinaladas simultaneamente a negrito e em itálico. A utilização de itálico sem negrito constitui uma indicação destinada aos serviços técnicos e tem por objectivo assinalar elementos do texto legal que se propõe sejam corrigidos, tendo em vista a elaboração do texto final (por exemplo, elementos manifestamente errados ou lacunas numa dada versão linguística). Estas sugestões de correcção ficam subordinadas ao aval dos serviços técnicos visados.

ÍNDICE

	Página
PROJECTO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA DO PARLAMENTO EUROPEU	5
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	6
PROCESSO.....	8

PROJECTO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA DO PARLAMENTO EUROPEU

sobre a proposta de decisão do Conselho relativa à conclusão do Acordo entre a Comunidade Europeia e o Principado do Liechtenstein que prevê medidas equivalentes às previstas na Directiva 2003/48/CE do Conselho, de 3 de Junho de 2003, relativa à tributação dos rendimentos da poupança sob a forma de juros (COM(2004)0569 – C6-0121/2004 – 2004/0191(CNS))

(Processo de consulta)

O Parlamento Europeu,

- Tendo em conta a proposta de decisão do Conselho (COM(2004)0569)¹,
 - Tendo em conta o projecto de Acordo entre a Comunidade Europeia e o Principado do Liechtenstein que prevê medidas equivalentes às previstas na Directiva 2003/48/CE do Conselho, de 3 de Junho de 2003, relativa à tributação dos rendimentos da poupança sob a forma de juros,
 - Tendo em conta o artigo 94º e o nº 2, primeiro parágrafo, do artigo 300º do Tratado CE,
 - Tendo em conta o nº 3, primeiro parágrafo, do artigo 300º do Tratado CE, nos termos do qual foi consultado pelo Conselho (C6-0121/2004),
 - Tendo em conta o artigo 51º e o nº 7 do artigo 83º do Regimento,
 - Tendo em conta o relatório da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (A6-0016/2004),
1. Aprova a conclusão do acordo;
 2. Encarrega o seu Presidente de transmitir a posição do Parlamento ao Conselho e à Comissão e aos governos e parlamentos dos Estados-Membros e do Principado do Liechtenstein.

¹ Ainda não publicada em JO.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

I. Antecedentes

Constatando que, face à inexistência de coordenação dos sistemas nacionais de tributação dos rendimentos da poupança, alguns residentes dos Estados-Membros podem subtrair-se a toda e qualquer forma de tributação no seu Estado de residência a título dos juros que recebem num outro Estado, decidiu-se preparar uma directiva para fazer face a esta situação que favorece o desenvolvimento de uma concorrência desleal no que diz respeito à fiscalidade. Com efeito, os fluxos de capitais tendem a dirigir-se para países não membros da União Europeia e com uma fiscalidade anormalmente baixa. A inexistência de informações sobre estes rendimentos entrava o bom funcionamento do mercado interno.

Neste contexto, o Conselho autorizou a Comissão, mediante decisão de 16 de Outubro de 2001, a negociar com a Suíça, os Estados Unidos da América, Andorra, Liechtenstein, Mónaco e São Marino acordos apropriados, tendo em vista assegurar a adopção, por parte destes países, de medidas equivalentes às que serão aplicadas no interior da Comunidade, a fim de garantir uma tributação efectiva dos rendimentos da poupança sob forma de pagamento de juros.

Desde então, o Conselho adoptou, em 3 de Junho de 2003, a Directiva 2003/48/CE sobre a fiscalidade dos rendimentos da poupança sob a forma de pagamento de juros. O diploma em causa prevê um sistema de intercâmbio de informações cuja aplicação foi inicialmente fixada para 1 de Janeiro de 2005.

Três Estados-Membros (Áustria, Bélgica, Luxemburgo) impuseram certas condições a este levantamento do segredo bancário. Conseguiram obter a instituição de um período transitório durante o qual estarão autorizados a cobrar uma taxa em vez de procederem a este intercâmbio de informações.

O Conselho já celebrou um acordo sobre a fiscalidade dos rendimentos da poupança com a Suíça. Este acordo, a exemplo dos acordos relativos a Andorra e ao Liechtenstein, compreende quatro elementos: retenção na fonte partilhada com o Estado da residência, divulgação voluntária de informações por iniciativa do beneficiário dos rendimentos, cláusula de reexame, realização de progressos em matéria de intercâmbio de informações em caso de fraude fiscal.

Os acordos com Andorra e o Liechtenstein foram apresentados ao Conselho tendo em vista a respectiva conclusão. No caso do Liechtenstein, o acordo faz-se acompanhar de um protocolo de acordo auxiliar entre o Principado do Liechtenstein e a Comunidade Europeia. No caso de Andorra, o acordo faz-se acompanhar de uma declaração comum de intenções entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Principado de Andorra, por outro. Em conformidade com as conclusões do Conselho ECOFIN de 21 de Janeiro de 2003, estes dois textos confirmam que, no decurso do período transitório previsto na Directiva 2003/48/CE do Conselho, de 3 de Junho de 2003, a Comunidade Europeia dará início a conversações com outros centros financeiros importantes, por forma a que estas entidades adoptem medidas equivalentes aquelas que devem ser aplicadas pela Comunidade.

O Conselho deu o seu acordo político ao texto. O Parlamento Europeu é agora chamado a pronunciar-se.

II- Observações do relator

O relator considera que, do ponto de vista técnico, os acordos que constituem objecto da proposta de decisão do Conselho se afiguram satisfatórios. Trata-se, além disso, de um importante passo no plano político, razão pela qual não propõe alterações.

Os acordos permitirão garantir a adopção, pelos países visados, de medidas equivalentes às que devem ser aplicadas no interior da União Europeia, a fim de assegurar a tributação efectiva dos rendimentos da poupança sob a forma de pagamento de juros realizados num Estado e destinados a beneficiários que residem num outro Estado. Esta disposição deverá permitir uma tributação eficaz, necessária à luta contra uma concorrência fiscal desleal e à melhoria do funcionamento do mercado único. A fim de atingir este objectivo, o intercâmbio automático de informações entre as administrações fiscais prevista nos textos em apreço constitui um meio adequado.

Importa que as negociações com os países terceiros sejam concluídas em tempo oportuno. As negociações com a Suíça encontram-se concluídas. As negociações com São Marino e o Mónaco vão ser concluídas a muito breve trecho. No caso dos Estados Unidos, o quadro actual das relações bilaterais com os Estados-Membros em matéria fiscal permite partir do princípio de que existem já medidas equivalentes.

A aplicação desta série de acordos estava inicialmente prevista para 1 de Janeiro de 2005. Todavia, por decisão do Conselho de 19 de Julho de 2004, a mesma foi adiada para 1 de Julho de 2005, na medida em que, nessa data, se deverão encontrar satisfeitas as diversas condições de aplicação. Afigura-se importante que esta data seja respeitada para que o dispositivo normativo possa ser aplicado em boas condições.

Importa sublinhar que o Principado de Andorra já não figura na lista de países não-cooperantes que o grupo GAFI (Grupo de acção financeira sobre branqueamento de capitais) publica regularmente. Congratulamo-nos com os esforços desenvolvidos pelo Principado visando garantir transparência fiscal e uma efectiva cooperação judiciária que permita lutar contra a fraude e o branqueamento. No que diz respeito ao Liechtenstein, também já não figura na lista de países não-cooperantes desde Junho de 2001. Desde então, o Principado realizou bastantes progressos neste domínio, através da aplicação de um código de boa conduta fiscal que aplica as 40 recomendações do GAFI.

O relator considera, porém, que, quer Andorra, quer o Liechtenstein, cuja prosperidade reside, em parte, no desenvolvimento dos serviços financeiros, devem continuar a respeitar as regras do jogo e a reforçar a sua colaboração contra o branqueamento de capitais.

PROCESSO

Título	sobre a Proposta de Decisão do Conselho relativa à conclusão do Acordo entre a Comunidade Europeia e o Principado do Liechtenstein que prevê medidas equivalentes às previstas na Directiva 2003/48/CE do Conselho, de 3 de Junho de 2003, relativa à tributação dos rendimentos da poupança sob a forma de juros
Referências	(COM(2004)0569 – C6-0121/2004 – 2004/0191(CNS))
Base jurídica	Nº 3 do art. 300º, primeiro parágrafo, CE
Base regimental	Art. 51º e o nº 7 do art. 83º
Data de consulta do PE	23.9.2004
Comissão competente quanto ao fundo Data de comunicação em sessão	ECON 13.10.2004
Comissões encarregadas de emitir parecer Data de comunicação em sessão	
Comissões que não emitiram parecer Data da decisão	
Cooperação reforçada Data de comunicação em sessão	
Relator(es) Data de designação	Jean-Paul Gauzès 13.9.2004
Relator(es) substituído(s)	
Processo simplificado Data da decisão	
Contestação da base jurídica Data do parecer JURI	
Modificação da dotação financeira Data do parecer BUDG	
Consulta do Comité Económico e Social Europeu Data da decisão em sessão	
Consulta do Comité das Regiões Data da decisão em sessão	
Exame em comissão	7.10.2004
Data de aprovação	7.10.2004
Resultado da votação final	A favor: 23 Contra: 0 Abstenções: 0
Deputados presentes no momento da votação final	Pervenche Berès, José Manuel García-Margallo y Marfil, Guntars Krasts, John Purvis, Zsolt László Becsey, Udo Bullmann, Ieke van den Burg, David Casa, Manuel António dos Santos, Elisa Ferreira, Jean-Paul Gauzès, Benoît Hamon, Ian Stewart Hudghton, Sophia Helena In 't Veld, Wolf Klinz, Cristóbal Ricardo Montoro Romero, Alexander Radwan, Antolín Sánchez Presedo
Suplentes presentes no momento da votação final	Katerina Batzeli, Mía De Vits, Harald Ettl, Thomas Mann, Diamanto Manolakou
Suplentes (nº 2 do art. 178º) presentes	

no momento da votação final		
Data de entrega - A6	14.10.2004	A6-0017/2004
Observações	...	